

Governo estadual quer prorrogar lei de rolagem

- 4 NOV 1992

Os governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais vão propor a prorrogação da vigência da Lei 8.388, que autoriza a rolagem das dívidas estaduais e municipais com a União por 20 anos. O secretário da Fazenda dos dois Estados, Frederico Mazzucchelli, de São Paulo, e Roberto Brant, de Minas, querem também excluir desse processo de rolagem, as dívidas mobiliárias dos Estados, com o argumento de que esse é um débito mantido com o mercado e não com a União.

A proposta seria apresentada ontem em São Paulo ao ministro da Fazenda, Gustavo Krause, quando seria discutido também o ajuste fiscal. Uma pane no avião que conduzia o ministro ocorreu na Base Aérea do Galeão, no Rio, impediu o encontro.

Regulamentação — Mazzucchelli explicou que a Lei 8.388, cujo prazo de vigência termina em 31 de dezembro, não pôde ser cumprida porque houve falhas na sua regulamentação. No Estado de São Paulo e de Minas, segundo informou, querem porém restabelecer o fluxo de pagamentos para a União. Para isso, terá de ser estabelecida uma nova data para a apuração dos falsos devedores, pois o estabelecido na lei — 30 de setembro de 1991 — impede a retomada dos pagamentos. "O tempo passou e a dívida se acumulou", Maz-

zucchelli. Só o débito de São Paulo cresceu US\$ 279 milhões no período. São Paulo e Minas propõem que a nova data seja em 31 de dezembro de 1992 ou 1º de janeiro de 1993.

A dívida de Minas, segundo Brant, é de cerca de US\$ 4 bilhões, US\$ 2 bilhões com o mercado e US\$ 2 bilhões com instituições financeiras federais e Tesouro Nacional. A dívida paulista som pelo menos US\$ 7,1 bilhões, informou Mazzucchelli. Em títulos mobiliários há cerca de US\$ 4,4 bilhões. São Paulo deve ainda US\$ 2,3 bilhões à Caixa Econômica Federal e US\$ 442 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Parcelas — As condições de pagamento estabelecidas pela lei agradam aos secretários da Fazenda. Determina que irão pagar o valor apurado em parcelas trimestrais iguais, por 20 anos, corrigidas pelo IGPM, mais 6% ao ano. O governo de São Paulo quer também promover uma negociação com a União para que possa compensar em seus pagamentos os valores que julga ter em a ver com a federação. Mazzucchelli não sabe o montante da dívida federal com São Paulo mas como exemplo, citou os recolhimentos com ICMS que a Cosipa deixou de fazer — em torno de US\$200 milhões.

ESTADO DE SÃO PAULO